

# FINANCIAMENTO AO ACESSO ABERTO: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE FINANCIAMENTO INSTITUCIONAL ÀS PUBLICAÇÕES

---

*Karen Santos-d'Amorim*

Mestranda em Ciência da Informação  
Especialista em Gestão de Projetos  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
E-mail: karen.isantos@ufpe.br

*Rúbia Wanessa dos Reis Cruz*

Doutoranda em Ciência da Informação  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
E-mail: rubia.cruz@ufpe.br

*Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia*

Doutora em Ciência da Informação  
Docente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
E-mail: aegcc3@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A publicação científica é atividade fundamental para o avanço da ciência. Em adição à esta prática, se entrelaçam as idiossincrasias inerentes à profissão – publicar as descobertas de pesquisa em revistas de reconhecida relevância científica e de maior Fator de Impacto (FI), que além do reconhecimento pelos pares, confere prestígio, o que Bourdieu (2001) chama de “capital científico”.

Desde a primeira aplicação da métrica de FI desenvolvida por Eugene Garfield no início da década de 1960 até os dias atuais, “a reputação da revista geralmente é o principal critério de seleção para leitura e atenção. Como resultado, a demanda por periódicos de alto impacto (periódicos principais) é inelástica ao preço” (SHU; MONGEON; HAUSTEIN et al., 2018, p. 786, tradução nossa), o que contribui cada vez mais para a reafirmação do oligopólio da indústria da informação. E é nessa lógica, intensificada pelo produtivismo acadêmico, potencializada pelos sistemas de avaliação, que o custo institucional pelo pagamento das assinaturas dos periódicos científicos tem aumentado além da taxa de inflação dos países, desencadeando reações desde a década de 1990, como, a crise dos preços de assinatura dos periódicos (*serials crisis*).

Como alternativa ao modelo tradicional baseado em assinaturas, o Acesso Aberto (AA), garante a divulgação dos resultados de pesquisa sem restrição de acesso e sem necessidade de pagamento de assinaturas ou compra, que, por essas razões, encoraja a ideia de se pagar os custos de Taxas de Processamento de Artigo – Article Processing Charges (APC).

Por outro lado, o que parece se observar, é que o Movimento do Acesso Aberto, está sendo rapidamente incorporado pelas editoras acadêmicas, que passam a tomar a frente da iniciativa como forma de manter os altos lucros com o produto fornecido pela comunidade científica, como é o caso dos periódicos híbridos. No que se refere aos periódicos exclusivamente de AA, toma-se como exemplo a Public Library of Science (PLOS), considerada um marco dentre as inovações baseadas no escopo do Acesso Aberto, sendo a PLOS Biology o primeiro produto, e por conseguinte, PLOS Medicine, PLOS ONE, PLOS Neglected Tropical Diseases e PLOS Paleontology. (LETA, 2018) A Figura 1 ilustra a relação entre os produtos PLOS e as Taxas de Processamento de artigos cobradas. O valor cambial considerado para a conversão em reais foi de R\$ 4,39, do dia 23 de fevereiro de 2020.

Figura 1 - Relação dos Periódicos da PLOS e suas taxas de processamento de artigos

| PERIÓDICOS PLOS   | QUALIS INTERDISCIPLINAR | TAXA DE PROCESSAMENTO DE ARTIGO EM DÓLAR | EM REAIS      |
|---|-------------------------|--|---------------|
|   | A1                      | \$1,595 USD                              | R\$ 7.002,45  |
|  | A1                      | \$3,000 USD                              | R\$ 13.170,75 |
|  | A1                      | \$2,350 USD                              | R\$ 10.317,09 |
|  | A1                      | \$2,350 USD                              | R\$ 10.317,09 |
|  | A1                      | \$3,000 USD                              | R\$ 13.170,75 |
|  | A1                      | \$2,350 USD                              | R\$ 10.317,09 |
|  | A1                      | \$2,350 USD                              | R\$ 10.317,09 |

Fonte: elaboração pelos autores, com base em dados disponíveis em PLOS (2020).

Como se observa na Figura 1, as APCs cobradas reforçam a necessidade de incentivo à publicação em AA, haja vista que “a difusão de APC como modalidade de negócio repercute também na sua inclusão dentre as modalidades de financiamento público à ciência” (APPEL; ALBAGLI, 2019, p.193) Dentro dessa discussão, Pavan e Barbosa (2017) constataram que dentre as 29 fundações de amparo à pesquisa existentes no Brasil, apenas cinco FAPEAM, FAPEMA, FAPEMIG, FAPEPI e FAPESP – possuem políticas exclusivamente dedicadas ao custeio de publicações em revistas de AA.

Diante do exposto, parte-se aqui do pressuposto de que o fomento à publicação em revistas de Acesso Aberto é atividade fundamental para a própria ação, sendo assim, a falta deste fomento pode sinalizar dois potenciais cenários, que não são excludentes.

O primeiro, é baseado num sistema pessoal de colaboração financeira (rateio) entre os coautores da pesquisa a fim de custear tais gastos, que, por outro lado, pode desencadear outros fatores associados ao sistema de recompensa da ciência (MERTON, 1968), como por exemplo, a autoria-presente (*gift authorship*), que embora em muitos dos casos não possa ser provada, já é de conhecimento da academia.

O segundo, se baseia na desigualdade entre os pares, cuja maior probabilidade de publicar em AA é do pesquisador com financiamento institucional disponível para tal atividade.

Diante das inferências precitadas, tem-se como objetivo, mapear as iniciativas institucionais das universidades federais situadas no estado de Pernambuco (PE) que fomentem a cultura de publicação em revistas de Acesso Aberto. Trata-se de um estudo preliminar, de caráter exploratório, que coopera para um estudo mais aprofundado no sentido de se investigar as iniciativas de financiamento em AA nas 69 universidades federais de ensino superior existentes no Brasil. Têm-se como instituições situadas em Pernambuco, por ordem de criação, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De abordagem exploratória, este estudo tem por *corpus* as chamadas públicas destinadas à comunidade científica das universidades federais do estado de Pernambuco – UFPE, UFRPE, UNIVASF e UFAPE – que tiveram por finalidade o financiamento de publicações em periódicos de Acesso Aberto entre 2017 e 2019. Após a identificação desses editais, nos sítios oficiais de cada instituição, foram extraídas as informações sobre a finalidade dos editais e apoio concedido (valor global e valor por proposta). Os resultados desses editais também foram analisados, quando disponíveis, a fim de identificar os pesquisadores contemplados. Em seguida, com intuito de identificar quais áreas estão sendo

beneficiadas com o financiamento dessas APCs, os Currículos Lattes dos pesquisadores contemplados foram consultados, e suas áreas de pesquisa identificadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos editais e seus respectivos resultados, foram identificados sete registros destinados ao financiamento de APC, caracterizados por “custeio de publicação”, “incentivo à publicação qualificada” e “apoio à publicação de artigos em periódicos qualificados”, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 - Investimentos financeiros destinados ao custeio de publicação em AA em PE

| Edital e ano  | Valor global em R\$                          | Valor máximo por proposta em R\$ | Quantidade de contemplados                            |               |
|---------------|--|----------------------------------|---|---------------|
| UFPE          | Custeio de Publicação - 2017 (1a Chamada)    | 80.000,00                        | 4.000,00  | 07            |
|               | Custeio de Publicação - 2017 (2a Chamada)    | 40.000,00                        | 4.000,00  | 06            |
|               | Custeio de Publicação - 08/2018              | 60.000,00                        | 4.000,00  | 10            |
|               | Custeio de Publicação - 13/2019              | 80.000,00                        | 4.000,00  | 12            |
| UNIVASF       | Incentivo à publicação qualificada - 25/2017 | 30.000,00                        | A1 até 1.500,00<br>A2 até 1.200,00<br>B1 até 1.000,00 | 01            |
|               | Incentivo à publicação qualificada - 24/2019 | 30.000,00                        | A1 até 1.500,00<br>A2 até 1.200,00<br>B1 até 1.000,00 | não informado |
| UFRPE e UFAPE | Resolução nº 009/2017                        | não informado                    | 4.000,00  | não informado |

Fonte: elaborado pelos autores.

Com relação à UFPE, o montante aportado, a título de reembolso de APC, em periódicos de circulação internacional (Qualis A1 ou A2, e mais recentemente, A3 e A4 e B1), baseado no valor global da soma dos quatro editais, foi de R\$260.000,00. Apesar dos editais estipularem um “valor máximo por proposta”, não se publicizou quanto cada pesquisador recebeu. Foi estimado, portanto, que o montante real investido e repassado aos 35 pesquisadores contemplados foi de R\$ 140.000,00, ou seja, o valor máximo por proposta contemplada, que equivale a 53,85% do montante global proposto.

Concernente à UNIVASF, o montante aportado também é a título de reembolso, em publicações em periódicos A1, A2 e B1. Notam-se duas iniciativas, cuja soma do valor global delas foi de R\$ 60.000,00, sendo estipulados diferentes valores máximos por proposta, baseados nos Qualis Capes, que vão de 1.500,00 até 1.000,00, conforme detalhado

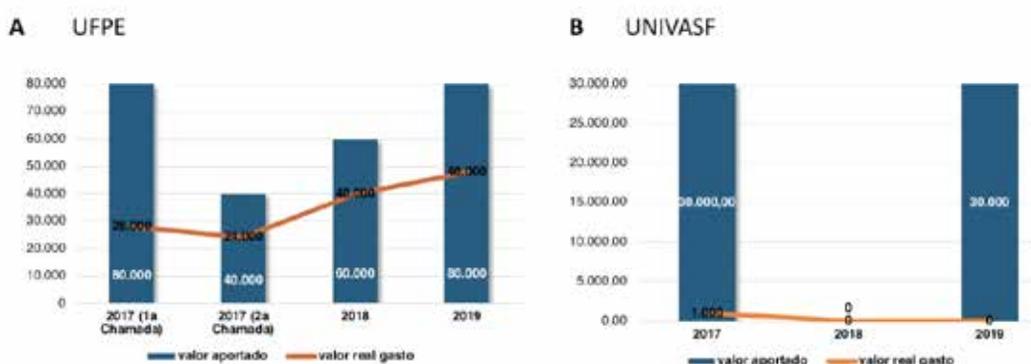
no Quadro 1. No edital 25/2017, apenas um pesquisador foi contemplado, cuja publicação em sua área de pesquisa, equivale ao Qualis B1, o que nos permite inferir que o valor utilizado no edital foi de R\$ 1.000,00. Ou seja, utilizou-se apenas 3,33% do montante global aportado na chamada. Destaca-se que, o resultado da chamada 24/2019 não foi disponibilizado.

No tocante à UFRPE, a instituição dispõe de um programa de apoio à publicação em periódicos A1 e A2 ou B1, o chamado “publica Rural”, que através da Resolução nº 009/2017 aprovou o edital de “Concessão de Apoio à Publicação de Artigos em Periódicos Qualificados”, sendo o mais recente publicado em 03 de novembro de 2017, que funciona em fluxo contínuo, mas, que necessita ser confirmado anualmente, mediante os recursos orçamentários da instituição. Embora o valor global destinado a este recurso não seja explicitado, o edital dispõe sobre o valor máximo por proposta, de R\$ 4.000,00 ao pesquisador, por ano, também a título de ressarcimento. Faz parte também do escopo do edital a disponibilidade de recursos para apoio de revisão linguística. Salienta-se que, os resultados das propostas contempladas não foram publicizados, fator que limita nossa análise.

Já a UFAPE, criada por meio do desmembramento da UFRPE, teve sua origem em 2018, e sua autonomia começou a ser consolidada em janeiro de 2019, tendo seu primeiro reitor em dezembro de 2019. Neste sentido, a UFAPE, até então se utiliza da estrutura da UFRPE, e também se vale da Resolução nº 009/2017.

O Gráfico 1, detalha o valor global aportado e o valor real gasto por chamada, nos cenários da UFPE (A) e da UNIVASF (B), instituições que publicizaram seus resultados, que nos permite inferir, que os recursos destinados a esta iniciativa não são utilizados a contento.

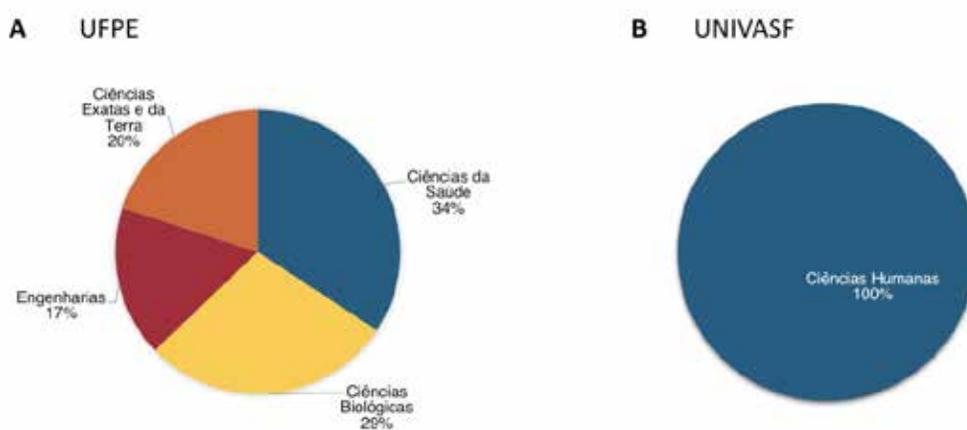
Gráfico 1 - Comparação entre valor global aportado e valor real gasto por chamada



Fonte: elaborado pelos autores.

No que concerne às áreas do conhecimento, estas foram identificadas a partir da filiação departamental de cada pesquisador contemplado nos editais. Para tal correlação, utilizou-se o primeiro nível (Grande área) da classificação das áreas do conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com base nos dados da UFPE, instituição que publicizou 100% dos seus resultados e respectivos pesquisadores contemplados, nota-se que, apesar dos editais não fazerem menção de priorização de áreas, percebeu-se apenas a presença de contemplados das áreas da Ciências da Saúde ( $n= 12$  | 34%), Ciências Biológicas ( $n= 10$  | 29%), Engenharias ( $n= 6$  | 17%), e Ciências Exatas e da Terra ( $n=7$  | 20%), conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Áreas contempladas pelos editais de financiamento em AA



Fonte: elaborado pelos autores.

Importa ressaltar que os dados disponíveis não permitem inferir se há priorização ou não para certas áreas do conhecimento, dado que, o quantitativo de propostas totais submetidas *vs.* quantas foram aprovadas não foi disponibilizado. O que limita a nossa análise no sentido de se investigar se há algum tipo de priorização com base em dados e rankings de impacto de áreas, como também de se analisar o interesse dos pesquisadores de publicar em AA, sobretudo pelo fato de não se observar nenhuma proposta nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, e Linguística, Letras e Artes dentre as contempladas. Por outro lado, na UNIVASF, nota-se apenas a área de Ciências Humanas ( $n=1$ ).

Em que pesem os resultados preliminares aqui apresentados, reconhece-se que os editais propostos são importantes iniciativas pautadas tanto na visibilidade estratégica das instituições, como também, na conferência de igualdade entre os pares em nível nacional e internacional dentro do escopo do AA. Por outro lado, se tomarmos como exemplo as taxas de APC da PLOS e as ações da UFPE, instituição com maior aporte de recursos e maior número de contemplados, constata-se que, apesar das iniciativas, o

valor máximo por proposta (R\$4.000,00) só cobriria ~57% da menor APC cobrada, a da PLOS ONE, cujo valor total é de R\$ 7.002,45 e ~30% do valor total das APCs mais altas (R\$ 13.170,75), para publicação na PLOS Biology e PLOS Medicine.

Cabe destacar também, que a falta de transparência quanto aos resultados e propostas contempladas em algumas instituições merecem uma discussão mais aprofundada, e constituem-se aqui como um fator limitante em nossas análises.

Como continuação, pretende-se mapear quais as iniciativas institucionais de fomento em AA em todas as 69 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, de modo a fornecer subsídios que auxiliem na agenda de formulação estratégica de financiamento às publicações em Acesso Aberto no País.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 187-208, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BOURDIEU, P. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Ed. 70, 2001.

LETA, J. PLoS ONE: promovendo os periódicos de acesso aberto ou reforçando o mainstream?. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 6., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. p. 81-89.

MERTON, R. K. *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press, 1968.

PAVAN, C.; BARBOSA, M. C. B. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 120-145, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67146/4067>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PUBLIC LIBRARY OF SCIENCE. *Plos*, Califórnia, 2020.

SHU, F.; MONGEON, P.; HAUSTEIN, S. *et al.* Is It Such a Big Deal? On the Cost of Journal Use in the Digital Era. *College & Research Libraries*, Chicago, v. 79, n. 6, p. 785-798, 2018. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/16829#:~:text=Using%20data%20on%20library%20subscriptions,less%20value%20for%20their%20investment>. Acesso em: 20 mar. 2020.

